REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2011. (Do Sr. Pauderney Avelino)

Solicita a **convocação** do Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego (MTE), **Sr. Carlos Lupi**, a fim de esclarecer declarações controvertidas dadas por Sua Excelência na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em 10 de novembro de 2011.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 24, IV, e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a **convocação** do Excelentíssimo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego (MTE), **Sr. Carlos Lupi**, para prestar esclarecimentos a respeito de declarações controvertidas dadas por Sua Excelência na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em 10 de novembro de 2011.

JUSTIFICAÇÃO

Em comparecimento espontâneo à Câmara dos Deputados, o Ministro Carlos Lupi afirmou não conhecer o Sr. Adair Antonio de Freitas Meira – dirigente da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração e da Fundação Pró-Cerrado –, que tem mais de 18 milhões de reais em

contratos ativos com o Ministério do Trabalho e Emprego e, atualmente, é alvo de investigação em face da malversação dessas verbas.

Tal assertiva foi desmentida pela edição de Veja nº 2243, de 16 nov 2011. A matéria noticia a agenda política do Ministro, no Maranhão, em 13 de novembro de 2009. Naquele evento oficial estiveram presentes o Ministro Lupi, o ex-governador do Maranhão Jackson Lago, o então secretário de Políticas Pública de Emprego do MTE, Ezequiel de Sousa Nascimento, e o Sr. Sr. Adair Antonio de Freitas Meira, dirigente das mencionadas ONGs. Segundo a matéria da revista semanal

"naquele domingo, Lupi, Rocha, Lago e Nascimento, todos do PDT, participaram de um ato político em Timon. Nos dois dias anteriores, percorreram sete municípios maranhenses em uma imensa agenda oficial, divulgada no site do Ministério do Trabalho, reservada ao lançamento de um programa de qualificação profissional no estado. Nos trajetos entre cidades, usaram o mesmo King Air e estiveram sempre acompanhados a bordo do convidado especial Adair Meira. Adair não é do PDT, mas tem relações intestinas com o partido. Ele comanda uma rede de ONGs que têm contratos milionários com o Ministério do Trabalho. Era, portanto, um interessado direto no programa que estava sendo anunciado no Maranhão. Mais do que isso. Foi Adair quem "providenciou" o King Air que transportou o ministro e os pedetistas do governo pelo Maranhão, numa daquelas clássicas confraternizações entre interesses públicos e privados, cuja despesa acaba sempre pendurada na conta do contribuinte.

O ministro Carlos Lupi cumpriu uma agenda oficial, usando um avião privado, pago por um dono de ONG que tem negócios com o ministério. E, pior, um dono de ONG acusado de fraudar o próprio ministério. (...)

Para cumprir a agenda oficial do ministério, o ex-assessor de Lupi contou ter saído de Brasília rumo a São Luís já a bordo do King Air e já na companhia de Adair Meira. (...)

Conhecido pelo estilo centralizador, o ministro Carlos Lupi convoca secretários e diretores de departamento para discutir a lista de pedidos de assinatura de convênios e de liberação de recursos. Decide sozinho quem e como atender. Faz anotações nas relações apresentadas pelos subordinados. Chega a mudar o número de estudantes que serão atendidos em cidades distantes. Presidente licenciado, mas comandante de fato do PDT, ele está à frente da estratégia para beneficiar o partido por meio das decisões e da estrutura administrativa da pasta. São os próprios parceiros dele que fazem esse relato documentado. Chamado em Minas Gerais de "pai do ProJovem", numa referência a um dos programas tocados pelo ministério, o deputado Ademir Camilo conta que sempre tratou dos convênios diretamente com Lupi.

Diante da controvertida declaração dada pelo Sr. Ministro quando de sua vinda na Câmara dos Deputados em 10 de novembro de 2011 – vê-se que sua convocação perante esta Comissão torna-se imprescindível, razão pela qual é de suma importância a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de novembro de 2011.

DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO DEM/AM